



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

PORTARIA GR Nº 773, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração de servidores designados para fiscalização do Contrato Administrativo nº 17/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de apoio administrativo na categoria de Assistente de Apoio à Gestão.

O REITOR, PRO TEMPORE, DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, publicada no DOU de 21.07.2010, e a Portaria nº 282 de 06.03.2017, publicado no DOU de 07.03.2017, do Ministério da Educação, considerando o que consta na Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ainda o Processo nº 23282.001612/2014-18,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Designar os servidores abaixo indicados como representantes da Administração Superior para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº 17/2015, cujo objeto é a prestação de serviços de apoio administrativo na categoria de Assistente de Apoio à Gestão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira:

	SERVIDOR	SIAPE	CPF	TIPO
GESTOR	Jackson Batista Freitas Vidal	2321124	██████████	Titular
	Francisco Iristênio Souza Cardoso	1793131	██████████	Suplente
FISCAL TÉCNICO	Jackson Batista Freitas Vidal	2321124	██████████	Titular
	Francisco Iristênio Souza Cardoso	1793131	██████████	Suplente
FISCAL ADMINISTRATIVO	Jackson Batista Freitas Vidal	2321124	██████████	Titular
	Francisco Iristênio Souza Cardoso	1793131	██████████	Suplente

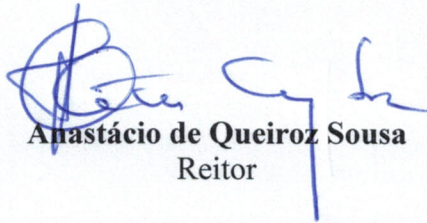


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)

Artigo 2.º - Os referidos servidores farão relatório para a apreciação da Pró-Reitoria de Administração desta Universidade, no tocante à conformidade, ou a ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

Artigo 3.º - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, considerando o que consta no Arts. 39 e 40 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a partir desta data, a Portaria GR nº 365, de 11 de maio de 2017.


Anastácio de Queiroz Sousa
Reitor